

TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS: A FALA ROMPEU O SEU CONTRATO E O SILÊNCIO SE DESFEZ¹

Sandra Regina de Souza
Marcelino

Do silêncio à fala: mulheres negras lésbicas

DESDE a imagem de Harpócrates, a divindade egípcia que posiciona o dedo

sobre os lábios como se estivesse pedindo silêncio, a mulher, em distintas

sociedades e grupos, silenciou sua voz perante a presença do masculino. O

silenciar-se vem de todos os lados e quem ousaria quebrar, com um ruído sequer, a fala grossa imposta pelo dono do “falo”? No decorrer da História, as

mulheres não eram levadas em conta e nem por isso deixaram de existir.

Considerar as falas da mulher na sociedade brasileira é se ocupar em

tecer uma história marcada por narrativas muitas vezes silenciosas, anônimas e

submissas. Porém, outras vezes, essas vozes são gritos de guerreiras; são falas

políticas; articulam-se de maneira independente. Cada qual utiliza um estilo

próprio e apresenta agendas específicas; cada uma se enuncia de um ponto de

vista diverso. Caberia aqui, se assim fosse possível, aproximar-me das inúmeras

falas que constroem as múltiplas identidades da mulher na sociedade brasileira.

Historicamente, a presença das mulheres foi assumindo diferentes

espaços na sociedade e reconfigurou a ordem social a partir das suas exigências

por direito de voto, de participação política, de educação formal, de trabalho, de

controle do corpo e da maternidade, e de autonomia individual, entre outras.

Essas questões trouxeram à tona discussões sobre a subalternidade feminina,

que durante séculos permearam a sociedade brasileira, e a sua decorrente

invisibilização. Com essas agendas, o movimento feminista contribuiu para

transformar as experiências de vida, principalmente, de mulheres brancas e

heterossexuais
brasileiras.

¹ Livro: **Outras Mulheres**: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI

Quanto à mulher negra, suas pautas políticas mais específicas tomaram

muito mais tempo para serem colocadas, pelo menos duas décadas a mais,

principalmente devido ao fato de que essas mulheres, na sua maioria, não

tinham acesso à educação de nível superior, cenário no qual o movimento feminista mais avançou no Brasil a partir dos anos 1970. Por outro lado, os

limites impostos à sua autonomia, à sua visibilidade e ao controle das pautas

políticas da militância negra no Brasil pelos indivíduos do sexo masculino foram

razões que levaram muitas mulheres negras a se afastarem também do movimento negro brasileiro.

No contexto do movimento feminista brasileiro, as lésbicas, brancas ou negras, por razões de orientação sexual, experimentaram outros hiatos, e suas questões políticas não foram também devidamente discutidas.

Resgatando o histórico da movimentação das mulheres, Carneiro (2003:

117) contextualiza esse somatório de movimento e ação que potencializou as demandas das mulheres, sendo 80% de suas propostas contempladas na Constituição Federal de 1988, produzindo, assim, importantes inovações ao se tratar de políticas públicas para mulheres. No que tange à situação da mulher negra, o distanciamento da realidade vivida por esse segmento impulsionou questões específicas, protagonizando uma trajetória de lutas e resistências que mudou o cenário até então constituído.

Na tentativa de promover uma reflexão dinâmica em torno da mulher

negra e suas estratégias contra o racismo e o sexismo, luta essa que vem de longos tempos, Werneck (2009: 10) nos aproxima dessa mulher como identitário e político. Tal construção vem se dando a partir de uma articulação de heterogeneidades, resultantes de demandas históricas, políticas, culturais e de enfrentamento de condições adversas. Frente a esses cenários, não podemos falar de “mulher negra” num modelo que globalize esse sujeito tão diverso. As especificidades, que ora se aproximam, ora se distanciam nesse universo tão

singular das “mulheres negras”, implicam uma diferenciação local, de raça, de

orientação sexual, econômica, religiosa e tantos outros desdobramentos.

A

autora traz para a esfera pública a luta e a resistência dessas mulheres a partir

do feminismo, do sexismo e do racismo patriarcal. A diferença nos processos de

singularização produzidos pelas mulheres negras implica uma diferenciação que

denuncia e recusa as condições de privilégio e de poder que desnivelam gênero

e raça na representação do homem e da mulher brancos e do homem negro.

A construção hierárquica do gênero e da raça tende a empurrar a mulher

negra para um local de inferiorização perante o homem branco, a mulher branca

e o homem negro, como afirma Saffioti (2004: 31):

Há um contingente de mulheres negras que não têm com quem se casar. Como os negros branqueados pelo dinheiro se casaram e ainda se casam com brancas, em função de uma equalização das discriminações sofridas, de um lado, pelos negros, de outro, pelas mulheres brancas, em função do seu sexo, não há como se estabelecer tal igualdade entre mulheres negras e homens brancos, pois estes são “superiores” pela cor de sua pele e pela textura de seus cabelos, sendo “superiores” também em razão de seu sexo. Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual.

Outro fato que traz uma carga de estigmas entre as mulheres negras é o

identificar-se como uma mulher negra lésbica. Revelar e afirmar “esse segredo”

é saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que

envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade, como bem mostra

Oliveira (2007: 398). Essa autora nos ajuda a perceber que a forma como a

homossexualidade é vivenciada tem a ver com o modo como a raça, a religião,

o gênero, a cultura, a família, a geração e a estética são experimentados.

Portanto, as vantagens ou desvantagens vão variar de acordo com a

combinação de vários fatores identitários.

Ao tratar de mulheres negras e negras lésbicas, o movimento feminista e

o movimento negro apontavam os mecanismos de dominação de outras minorias. No movimento feminista, as mulheres negras se deparavam com o

racismo e, no que concernia às mulheres negras lésbicas, a sua sexualidade não

era compreendida como parte do universo feminino. No movimento negro, essas

questões se agregavam ao machismo.

A entrada das mulheres negras no movimento feminista, e das negras

lésbicas no movimento negro, tornou-se um campo de tensão no qual, se por um lado há um racismo implicado dentro dos grupos de mulheres, por outro, a

questão da (homo)sexualidade dessa mulher negra a coloca numa situação de

“desonra” à cor/raça. Assim Santos (2006: 78) afirma que

o movimento negro construiu-se enquanto uma expressão de combate ao racismo e que também propunha mudanças sociais mais radicais no plano da igualdade de direitos. Entre as tais mudanças, contudo, não se incluía a erradicação da homofobia e do sexismo.

Ao falar da mulher negra, Gonzalez (1984: 9) trouxe grandes

contribuições ao considerar a luta de todas como lutas históricas. Incluiu os/as

homossexuais como parte dessas “minorias silenciadas” que vieram

conquistando esse direito de discutir suas especificidades em congressos.

Atualmente, o debate em torno dessas questões tem crescido através de

ONGs lésbicas, ou mistas, que inserem nas suas propostas políticas e de atuação questões voltadas para a população negra LGBT, como também na

criação da Rede Nacional de Lés-bicas Negras, também denominada Rede Afro

LGBT, e do Coletivo Nacional de Lésbicas Negras (Candaces, BR).

Lesbofobia² e racismo: o outro lado da história

Os depoimentos aqui apresentados são fragmentos da minha dissertação

de mestrado³, onde quatro mulheres que colaboraram com a pesquisa residem

no município do Rio de Janeiro nas áreas do Centro, Zona Sul e Zona Norte. A

escolha dessas representantes da Mulher Negra Lésbica que eu pretendia dar a

conhecer levou em conta suas autodeclarações de serem negras e lésbicas

como ponto de partida da minha reflexão e interesse; além de serem ativistas

com representatividade no movimento de lésbicas com o recorte e perfil racial; e

pertencerem à faixa etária de 35 a 65 anos.

² Manifestação de violência, frente a um modo de comportamento sexual, considerado "diferente"; são todas as formas de opressão sofrida por mulheres lés-bicas (mulher que se relaciona afetivamente e sexualmente com outra mulher) e bissexuais.

3 Mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio. Dissertação apresentada à PUC-Rio em maio de 2011.

*Dandalunda*⁴: mulher negra, 37 anos, assistente social. Criada em uma família

branca e afetuosa desconhece as faces do racismo. Sua voz é altiva, forte e sua

fala empoderada. Fala de um lugar da mulher negra que “saiu do lugar do negro”

fazendo referência à expressão da feminista negra Lélia Gonzalez. Reconhece

seu processo de pertencimento racial “antes e depois” da tomada de consciência

e das amarras e obstáculos vividos de um racismo ainda que oculto.

Neusa de Xangô: mulher negra, 64 anos, professora aposentada. Mulher de

muitas histórias e experiências. Mulher negra de muitas tranças, indumentárias

e saberes. Premiada por ser mulher negra, premiada por ser lésbica, premiada

como Cidadã Benemérita do Estado do Rio de Janeiro e pelos Direitos Humanos

L
G
B
T
.

Ilmar: mulher negra, 63 anos, bibliotecária. As vestimentas, as cores e indumentárias revelam o seu empoderamento e o seu pertencimento às causas

que defende. Estilo rastafári⁵ nos cabelos, ela é cheia de vigor e revela uma

preocupação com a mulher lésbica na terceira idade.

Azaracá: mulher negra, 53 anos, técnica em agropecuária, hoje é articuladora

nacional de um grupo de mulheres negras lésbicas. Das quatro, tem a cor de

pele mais clara. Sua trajetória é repleta de histórias vividas na pele, nas relações

familiares, no íntimo dos movimentos negro e LGBT. A militância contribuiu para

seu empoderamento.

“Ser negra/o está na pele, ser lésbica você pode esconder ou não.” Ao ouvir essa

frase de uma das entrevistadas fiquei pensando quantas estratégias uma pessoa

precisa inventar e reinventar no dia a dia para driblar muitas vezes o preconceito

e a discriminação. Se a negritude está estampada na pele, quanto de esforço

uma pessoa negra faz para atenuar as situações de racismo? Se for lésbica,

4 Dandalunda é uma deidade feminina, de origem Banto, que encarna o arquétipo da mulher jovem e bela e que utiliza a sua sexualidade como estratégia de sobrevivência. 5 No universo dos salões esse termo é usado como sinônimo de dreadlocks.

quantas experiências não compartilhadas, quantos amores silenciados e inventados? Ainda que o verbo “precisar” apareça nesse contexto como uma

forma de minimizar situações, poderíamos argumentar pelo viés dos direitos, do

livre arbítrio ou do ignorar, mas a lógica perversa do racismo, da lesbofobia, do

machismo, da misoginia, entre outros, lança um olhar inquisidor como “se a

polícia – aparelho orgânico-social da ordem e repressão – andasse atrás de

todos/as que fugissem do campo normativo e regulador das relações humanas”.

Na África do Sul, por exemplo, a lesbianidade é abominada e, com isso,

as práticas constantes de estupro corretivo⁶ ficam no campo da impunidade. No

caso das mulheres, segundo notificações, um quarto delas já foi estuprado antes

de completar 16 anos de idade. Essa situação tem em suas raízes: o machismo,

a pobreza, as ocupações massificadas, o desemprego, os homens

marginalizados, a indiferença da comunidade. Na África do Sul, uma menina tem

mais chances de ser estuprada que de aprender a ler.

No Brasil, a cada dois dias, um homossexual é assassinado. Apesar de

os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)⁷ apresentarem uma estatística bastante expressiva, ainda existe uma grande barreira para esse tipo

de denúncia, o que nos leva a questionar os números invisíveis da violência.

As informações e percepções trazidas pelas quatro entrevistadas nos

ajudam a compreender os mecanismos muitas vezes sutis que a lesbofobia

engendra. Durante o processo de observação do campo que fiz em locais frequentados por lésbicas e gays, a imagem que tinha era de que a violência

entre os gays parecia mais grave, pois eles “davam mais pinta” do que as mulheres e que, de acordo com o senso comum, suas condutas se tornavam

uma agressão para o grupo masculino. No caso das mulheres, há um certo

fetichismo sexual masculino relacionado às práticas sexuais entre elas, gerador de

maior tolerância masculina, contanto que isso seja apenas uma prática eventual

e não uma relação estável sem a presença do homem.

⁶ Prática homofóbica, segundo a qual um ou mais homens estupram mulheres lésbicas ou que parecem sê-lo, supostamente como forma de “curar” a mulher de sua orientação sexual. ⁷ Disponível em <http://www.ggb.org.br/dossierdeassassinatosdehomossexu-ais2009.html>. Salvador, Bahia (03/03/2010). Acesso em 14/04/2010.

Direcionar o debate para o campo do racismo ou da lesbofobia seria

direcioná-lo para dois territórios delicados e significativos por agregar à mulher

a discriminação de gênero e a especificidade da raça e da orientação sexual. O

que podemos perceber é que, em alguns momentos, a questão racial ganhará

uma evidência sobre a orientação sexual e, em outras situações, ocorrerá o

inverso. Nesta perspectiva *Ilnar* descreve:

Raro o dia que eu não tenha passado uma situação de racismo, até porque além da minha pele negra eu sou rasta, meu cabelo é rasta (...). Isso também desperta dentro das pessoas o preconceito. Você passa num canto, as pessoas já se previnem de você. É na sua vizinhança, é no seu próprio trabalho, é quando você em algum espaço (seja político ou não), você se apresenta como lésbica (...). Como negra não é necessário porque tá na pele, aí você sabe como isso se modifica. Questões de racismo e lesbofobia são no cotidiano (*Ilnar*, 25/10/2010).

Relatando sobre o racismo e a lesbofobia, *Dandalunda* diz lembrar apenas de um episódio ocorrido num estabelecimento de ensino quando era a

única professora negra do local, o que ocasionou sua saída. Por outro lado, não

mencionou nenhuma experiência parecida pelo fato de ser lésbica.

Aprofundando mais nessas duas questões *Dandalunda* compreende que

não é fácil não! Você está na pirâmide, né? É mulher, você tá ferrada. Aí você é negra... hum, piorou mais um pouquinho. Aí você é lésbica, piorou um pouco mais e, se você for pobre.... e não é só isso porque ser mulher e

negra está na cara, ser lés-bica você ainda pode camuflar, a não ser que você seja aquela estereotipada mesmo que coça o saco e cospe no chão... Mas, se você não for, ou for o meio termo, as pessoas podem até pensar, mas vão ficar na dúvida, a não ser se você disser. E, você ser pobre também, pode camuflar. Agora, ser mulher e ser negra, não. Tá ali estampado, carimbado, não tem jeito! Então quando você congrega tudo isso (...). A gente vive num país que é preconceituoso, muito preconceituoso. As pessoas dizem que não, mas é mentira, é um preconceito velado... “ah, mulher negra serve pra ser empregada doméstica”, “mulher negra serve pra fazer papel de escrava na novela”... Quando não tem papel de escrava, ela vai ser a empregada, a faxineira. Quando você congrega ser mulher, ser negra e ser lésbica, aí você tem que andar olhando para os lados porque você pode sofrer uma agressão por isso sim. Não é fácil! Ainda é uma realidade o preconceito no Brasil (Dandalunda, 09/09/2010).

A fala da entrevistada sinaliza o medo da agressão física quando os sinais

que marcam as diferenças apontam para uma intolerância e não podem ser “disfarçados”. Brah (2006) analisa de forma diferente porque acena para a

concomitância, as interconexões entre o racismo, classe, gênero, sexualidade

ou qualquer outro marcador da diferença e sublinha a importância de vê-las

numa perspectiva de macroanálise. Isso significa dizer que todas estão interligadas, mas de formas diferenciadas para cada sujeito. A autora não desassocia as relações patriarcais que colocam as mulheres numa posição de

subordinação.

Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela (Brah, 2006: 351).

Prado & Machado (2008: 69), discorrendo sobre a manutenção das hierarquias sociais com base no preconceito e na discriminação, declaram que

a hierarquia pode ser reconhecida como “(...) uma relação de opressão, desde

que, para isso, esta relação seja tomada e reconhecida pela comparação social,

como uma relação que oprime um dos atores do jogo”.

Sobre essa questão, *Azaracá* aponta para duas realidades: lésbica

masculina e negra pele escura.

Eu acho que pesa muito mais em algumas questões você ser negra. Questão de acesso e negra com agravante: cor de pele. A gente sabe que o racismo ele é mais contundente quanto mais preta for a sua negritude e a lesbianidade, a gente sabe que pesa mais quanto mais masculina você se apresenta dentro de uma sociedade heterossexista. Você não é excluída do seu núcleo familiar por ser negra, você pode ser excluída dentro da sua escola, mas não é expulsa por ser negra, você não é expulsa no seu templo de adoração por ser negra, então dependendo do contexto, lesbianidade pesa muito mais nas questões das exclusões e da negritude em relação aos afetos (...). Tudo vai depender do contexto, mas com certeza, tudo que é preto vai sofrer mais. A lésbica negra vai sofrer mais. Como uma mulher negra que podia estar rebolando, ganhando dinheiro, vai estar com uma outra mulher?! (*Azaracá*, 25/10/2010).

Neusa, nessa questão, sinalizou que as negras são afetadas pelo racismo, mas para ela, tanto negras quanto brancas são vítimas e passam pelo

mesmo processo de invisibilização.

A lesbofobia tem ganhado espaço nas redes sociais como a Internet por

exemplo. O caráter anônimo da rede, ainda que ilusório, dá a agressores a

confiança de que não serão descobertos ao destilarem seus preconceitos⁹.

Algumas comunidades virtuais vêm disseminando a ideia do “estupro corretivo

ou terapêutico” como medida educativa para “salvar” as lésbicas. A denúncia

feita pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SMP), em março de

2010, foi enviada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério

Público Federal, e ao Diretor Geral da Polícia Federal para ciência e possíveis

providências. A Coordenadoria do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos

enviou ao Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo uma sugestão

de que a Google Brasil Internet Ltda. retirasse do ar a comunidade, mas que a

totalidade de seu conteúdo fosse preservada a fim de que, mediante autorização

judicial, pudessem ser requeridos os dados de acesso dos proprietários, moderadores e responsáveis por algumas postagens criminosas da comunidade.

No cotidiano, a lesbofobia se manifesta de diferentes formas e muitas

vezes essas práticas são naturalizadas. No seu trabalho com jovens meninas,

Dandalunda vai desvendando esse processo da violência, ora silenciosa, ora

física e psicológica:

Quando as mulheres resolvem assim, andar de mãos dadas, beijar, essas são mais passíveis de sofrer o processo de lesbofobia; as que são mais masculinizadas (...). (...) a gente tem casos de adolescentes aqui que sofreram lesbofobia mesmo: de apanhar, de ser agredida na rua. Uma contou: "Eu estava com uma menina que não quis ficar com um cara, então eles se juntaram e meteram a porrada na gente!"(...). Esse processo de lesbofobia vai acontecer no momento em que essa mulher se expõe, no momento em que elas estão na rua. A gente tem muita lesbofobia no âmbito familiar porque a mulher lésbica ela é mulher... A gente jamais pode esquecer que essa lésbica é uma mulher, porque ela cresceu enquanto mulher. Então, todos os estigmas da mulher, da repressão sexual, da repressão dentro de casa, de abaixar a cabeça, de submissão... vieram com ela. Vieram antes, não tem jeito. Tem muito pai que xinga filha, que bate na filha, tem casos aqui de mães que deixaram filhos trancados para não saírem, porque não queria que a filha se encontrasse com a namorada. O âmbito familiar com a lesbofobia é muito grande. Tem sempre aquele caso daquela tia solteirona: ela é a madrinha, ela que tem que cuidar da mãe, ela tem que dar o melhor presente. Eu já ouvi situações assim: "olha você compra essa lista toda

de material...” e a pessoa compra, ou “paga a natação dele” e a pessoa paga. O que é isso? Você não tem vida? “Você fica aí com minha mãe porque você não tem marido.” E a companheira? E a vida pessoal? O âmbito familiar é cruel. Se fala pouco desse processo de lesbofobia porque tem a ver com a questão da mulher e a mulher também fala pouco sobre isso. Ela tem vergonha. Ela tem vergonha, por exemplo, de dizer que apanhou da companheira (Dandalunda, 09/09/2010).

Muitos jovens gays e lésbicas sofrem desta violência dentro da própria

família onde o estupro acontece, sendo praticado por primos, tios, irmãos, padrinhos, vizinhos. O cotidiano das relações familiares também é destacado por

Azaracá que mostra como a lesbofobia pode ser traduzida numa modalidade de

violência quase imperceptível entre um discurso e outro ou uma ação:

Quantas vezes a gente tem que pagar plano de saúde de afilhados, de neto, comprar sandália Rider para o pai, faca elétrica para mãe, virar madrinha e mandar os afilhados para a Disney, pra aula disso, pra aula daquilo e pra gente sobra quase nem poder circular livremente dentro de casa... (Azaracá, 25/10/2010).

Assim como a homofobia, a lesbofobia funciona como um mecanismo de

controle sexual e ordem social. No dia a dia inúmeras experiências de opressão,

preconceito e discriminação ocorrem. Alguns meios de comunicação divulgam

quando há uma pressão social do movimento LGBT para que não naturalize,

inferiorize ou legitime tais ocorrências. Contudo, isso ainda parece ser uma

pequena ponta do iceberg, pois o silêncio imposto gera uma invisibilidade e com

isso a falta de dados escamoteia a realidade.

“A falta de dados é um dado”: a invisibilidade da violência

A pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, realizada em 2008-2009 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, apurou que a dificuldade para se obter dados abrangentes sobre a população LGBT no Brasil decorre ainda do próprio preconceito e estigma a que seus membros estão sujeitos. O ocultamento das identidades reforça a invisibilidade dos dados que se transforma num mecanismo perverso atingindo todas as dimensões humanas.

Através de dados quantitativos buscou-se mensurar tanto indicadores objetivos de práticas discriminatórias em razão da orientação sexual quanto percepções sobre o fenômeno e manifestações diretas e indiretas de atitudes preconceituosas. Com base nos dados coletados sobre a existência ou não de preconceito contra pessoas LGBT no Brasil, a pesquisa revelou que 73% da população acreditam que existe muito preconceito contra travestis; 71% contra transexuais; 70% contra gays; 69% contra lésbicas e 64% contra bissexuais. Ao serem perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitem ter preconceito contra travestis; 28% contra transexuais; 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays. Chama a atenção nesses resultados a contradição de opiniões em relação aos gays, às lésbicas e aos bissexuais. Ao confirmar a

existência do preconceito externo, os indicadores apontam uma rejeição maior

aos gays, ao contrário da autodeclaração que aponta um índice maior de preconceito em relação às lésbicas e aos bissexuais.

Ainda sobre essa questão, a pesquisa chama a atenção para as taxas

relativamente elevadas de pessoas que admitem ter preconceito contra pessoas

LGBT em comparação aos resultados das pesquisas de Idosos no Brasil (2006)

e de Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil (2003). A hipótese

previamente explicada sobre esse resultado baseia-se na disseminação de

piadas e sua aceitação social. Menos criticado socialmente, a natureza da identidade sexual vista como “opção” ou “preferência”, em contraste com as

identidades “raciais” e/ou “etárias”, que de modo evidente, independem das

escolhas individuais e, conseqüentemente, seria mais incorreto discriminá-las.

No caso da existência lésbica, a intolerância desses veículos revelou-se

de maneira mais contundente. Através de séculos essa temática repousou no

silêncio, na invisibilidade, não sendo mencionada. Certamente a omissão desse

assunto não foi por ingenuidade ou esquecimento. Ocultar a existência lésbica

consiste na negação de sua subjetividade e na minimização de suas demandas.

A heterossexualidade imperante se baseia nas desigualdades de gênero

e na regulação sexual e tem sido imposta para as mulheres por meio da família,

da escola, dos meios de comunicação, além de vigorar também nos serviços

públicos. Sobre os dados invisíveis da violência contra lésbicas, *Ilnar* declara:

Dados de lésbicas são raros, na saúde, na segurança, na educação. Com diz Jurema Werneck “a falta de dados já é um dado”. É um dado de invisibilidade, de interesse político e não existem dados talvez porque não existam notificações. Não se oportuniza a questão da declaração da sua orientação sexual. Existe violência. Sabe que existem grupos que detectam isso, trabalham com isso, recebem denúncias sobre isso, mas não existem dados notificados, quantificados sobre isso (*Ilnar*, 25/10/2010).

O fato de ser lésbica torna as mulheres homossexuais ainda mais vulneráveis às diversas formas de violência contra as mulheres. O “mito do silêncio” ganha força a partir do momento em que essa oposição, normal e contra a natureza, no campo da sexualidade dita uma regularização das práticas sexuais. Sendo assim, a heterossexualização imposta ao corpo lésbico constitui essa invisibilidade e silenciamento vindos de instrumentos tão poderosos que adentram na domesticação do corpo, nas práticas de ensino, na punição. O medo é um elemento comum e daí é compreensível entender o abismo que há entre as denúncias da violência e a visibilidade da homossexualidade. Se o silêncio invisibiliza os dados, a exposição não raras vezes, pune. E nesta dupla tensão, o “outro” ainda se torna tutor dos passos alheios.

**Considerações
finais**

O debate em torno dos direitos humanos tem sido pauta de todas as agendas políticas, reconhecendo-os como instrumento da dignidade inerente ao ser humano.

Os direitos humanos nascem da emergência de garantir o direito à vida e a uma convivência pautada na justiça, compreendendo assim que todos os seres humanos são dotados de capacidades física e intelectual, como também de dignidade. Historicamente os direitos humanos se constituíram continuamente, à medida que a sociedade ia demandando especificação dos cuidados e dos interesses (Bobbio, 1992: 15).

Os artigos 1º e 2º da Declaração Universal adotam o reconhecimento da universalidade humana considerando que todos e todas nascem livres e iguais em dignidade e direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião ou qualquer outra condição. Decorrente dessa consideração, pressupõe-se que os direitos humanos são comuns a todos e intrinsecamente estão ligados à democracia, à paz e ao exercício de cidadania.

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001 foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementar as recomendações advindas da Conferência de Durban. Em 2004, no governo Lula foi criado, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o

Programa Brasil sem Homofobia (BSH), cujas ações possibilitaram a criação de centros de referência e combate à homofobia, além de financiar algumas pesquisas e promoções da Cidadania LGBT. Através desse Programa, que tem por objetivo maior promover a cidadania e a equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, requer-se a construção de políticas públicas de acordo com as reais necessidades desse segmento.

A fala rompe os seus contratos a partir do momento em que nos colocamos à disposição de quebrar os silêncios impostos. Quebrar esse silêncio no universo das mulheres, das negras, das lésbicas e congregar num só sujeito seu gênero, sua cor e sua orientação sexual implicada em estigmas e preconceitos, foram e são desafios diários de todas nós mulheres constituintes deste mosaico de diversidade e complexidade que somos.

O racismo e a violência contra homossexuais – neste caso, a lesbofobia – se apresentam de maneiras e impactos diferenciados. Não queremos dizer que há uma sobreposição de um em relação ao outro, porém ficou percebido nos depoimentos das entrevistadas que o fato da cor da pele ser algo que não é possível “disfarçar” faz com que o racismo apresente outros desdobramentos, tornando-se mais agressivo.

No que diz respeito à lesbofobia, observamos que ela acontece de forma diferenciada. Isso significa dizer que o corpo e as performances corporais delimitarão as “proteções” e as “vulnerabilidades” vivenciadas pelas mulheres.

Sejam mulheres negras ou brancas, a violência ocorre. No caso das negras, a punição racial. Nas entrelinhas dessa lógica perversa, subentende-se que a exposição da identidade está sujeita às ocorrências e é uma “escolha” e/ou “um pedido” à violência.

As conclusões às quais chegamos apresentam uma realidade de mulheres negras lésbicas que conseguiram transformar o que socialmente as “estigmatizavam” em sucesso e superação. Nos subúrbios e nas favelas onde se encontra uma grande concentração da população negra, com baixa escolaridade e situações precárias, o preconceito e a discriminação se configuram também de formas diferenciadas.

Uma outra batalha, que muitas vezes se esconde entre os silêncios e “silenciamentos” que envolvem o universo das mulheres lésbicas, é a questão de políticas públicas, a citar, educação, direitos sexuais e reprodutivos, mercado de trabalho e saúde, que vêm consolidando a pauta política das lésbicas dentro do movimento.

Durante as entrevistas, todas as quatro entrevistadas apontaram com unanimidade a questão da saúde da mulher lésbica. Segundo elas, a chegada dessa mulher até os serviços de saúde se torna muitas vezes uma travessia de difícil alcance e de desmotivação. Essas duas variáveis apresentadas são decodificadas por meio da representação do corpo, da falta de informação e sensibilidade do profissional no atendimento, da heteronormatividade

compulsória, do preconceito mediante a orientação sexual, dos mitos em relação

às DSTs frente às mulheres lésbicas. O nível de escolaridade, social e racial,

também é um fator de resistência e motivador de uma “não busca” desses

cuid
ado
s.

O Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da

Cidadania e Direitos Humanos de LGBT determinam algumas metas e estratégias em torno dessa questão, com relevância para a educação e orientação de agentes que prezam pela segurança da população.

Em 2010, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ganharam um

Centro de Referência de Promoção da Cidadania

LGBT situado no centro do Rio de Janeiro com o objetivo de realizar atendimento

social, jurídico, denúncias, atendimento às vítimas de violência e discriminação,

entre outras questões.

Sem dar por encerrada nossas reflexões, os desafios e as estratégias aqui

revelados são convites para o rompimento do silêncio das “maiorias silenciadas”.

Entendemos que não basta elaborar políticas se não houver profissionais sensíveis às especificidades contemporâneas. A prática e a formação

profissional são temas que precisam ser visitados e revisitados cotidianamente.

Há um grande esforço hoje através dos movimentos sociais para que,

cada vez mais, esses grupos considerados minorias – ou seja, negros, mulheres,

homossexuais, indígenas, entre outros e que estão à margem, portanto sujeitos

à uma vulnerabilidade maior e, no caso extremo, sujeitos à própria exclusão –,

possam pautar agendas políticas que gerem ações políticas e sociais, atendendo, assim, as especificidades desse público. A dignidade humana é o

ponto comum entre todos/as e cabe enfatizar que, sendo universais os direitos,

os questionamentos aqui levantados contribuem para um pensamento constante

a respeito dos sujeitos sociais e do modo como as políticas vêm sendo configuradas na sociedade. Partir da autorreflexão e verificar a serviço de quem

as políticas públicas são destinadas, como vêm sendo executadas e quem as

executa é um exercício que mostrará o lugar de onde estamos falando e a quem

estamos nos dirigindo.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. [1909] 4a reimpressão. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), jan- jun./2006, p. 329-376.

FARIA, Glauco; PIRES, Thalita. Homofobia em preto e branco. *Revista Fórum*, n.94, jan./2011, Publisher Brasil, p. 6-12.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. *Mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio*. Dissertação apresentada em maio de 2011 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, Miriam (org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 385-403.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. V. 5. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. *Revista estudos feministas*. 1995/2, ano 3, p. 446-456.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, Regina Coeli. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações mulheres lésbicas negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal Fluminense/UFF – RJ, 2006.

WERNECK, Jurema Pinto. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema Pinto (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

Publicações acessadas pela Internet

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*. São Paulo, v.17,n.49,dez./2003. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103--40142003000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22/06/2010.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra (1984), p. 1-13. Disponível em http://www.leliagonzalez.org.br/material/mulher_negra.pdf. Acesso em 15/01/2010.